



## **“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”**

**Eixo temático:** Movimentos Sociais e Serviço Social

**Sub-eixo:** Serviço Social e Movimentos Sociais: pesquisa teórica e profissional

### **SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: uma proposta analítica para uma história nova da profissão no Brasil entre 1940-1964**

**JULIANO ZANCANELO REZENDE <sup>1</sup>**

**RESUMO:** Este trabalho é produto de um projeto de pesquisa em andamento, em que é situada como objeto de investigação e análise a relação histórica do Serviço Social brasileiro com os movimentos sociais e processos de resistências populares no cenário nacional, entre a década de 1940 e o ano de 1964. Ainda na fase metodológica de revisão bibliográfica em que se encontra a pesquisa, procuramos apresentar uma breve problematização sobre o objeto em investigação e, ainda, no desenvolvimento deste artigo, apresentamos a proposta metodológica do estudo.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Movimentos Sociais; História.

**RESUMEN:** Este trabajo es producto de un proyecto de investigación en curso, en el que se sitúa como objeto de investigación y análisis la relación histórica entre el Servicio Social Brasileño y los movimientos sociales y procesos de resistencia popular en el escenario nacional, entre la década de 1940 y el año 1964. Aún en la fase metodológica de revisión bibliográfica en que se encuentra la investigación, buscamos presentar un breve cuestionamiento sobre el objeto investigado y, aún, en el desarrollo de este artículo, presentamos las propuestas del estudio.

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal De Juiz De Fora

Palabras claves: Servicio Social; Movimientos Sociales;  
Historia

## 1. INTRODUÇÃO

Resultado de um projeto de tese de doutoramento, este trabalho contém uma provocação teórico-política — já expressa em seu subtítulo — que, se não devidamente explicada e interpretada, pode presumir ao leitor uma suposta arrogância do autor em querer edificar uma nova história do Serviço Social brasileiro. Na verdade, longe de cometermos esse gravíssimo equívoco, concordamos inteiramente com Netto (2016) quanto à necessidade de reconstruções analíticas abrangentes de que derivarão *histórias novas* da profissão no Brasil. Assim, no que se refere às requisições de ordem acadêmica, a construção de histórias novas do Serviço Social implica em sistematizações minuciosas do conhecimento científico sobre os acontecimentos históricos que entrelaçam a profissão e seus fundamentos, *evidenciando o que ainda não foi profundamente explorado pelas investigações acumuladas* e, neste mesmo processo, também “visa à reprodução ideal (teórica) do processo histórico efetivo da profissão — a sua funcionalidade social na sua emergência e desenvolvimento, [...] as tendências e colisões próprias do seu movimento, [...] e as modalidades pelas quais buscou e encontrou sua legitimação social” (NETTO, 2016, p.58). Ainda, o estudioso aponta para um quadro<sup>2</sup> contemporâneo que reforça a necessidade contundente de empenho coletivo na constituição de histórias novas do Serviço Social no Brasil, que proporcione “[...] uma linha interpretativa que oferece elementos fundamentais para que estudos históricos localizados/particulares ganhem significação social e profissional que transcenda seus limites” (ibidem, p.55).

---

<sup>2</sup>“No que tange a história do Serviço Social em nosso país, a mim me parece [...] que se verificam, designadamente desde meados dos anos de 1990, dois movimentos distintos e assimétricos: (1) cresce visivelmente o quantitativo de estudos localizados e particulares acerca da fundação de escolas e cursos, de áreas de intervenção profissional, de instituições/organizações demandantes de assistentes sociais, de eventos significativos etc.; (2) são praticamente inexistentes os estudos que visam à elaboração de abordagens abrangentes, inclusivas, do Serviço Social no Brasil como um todo.” (NETTO, 2016, p.54);

Na esteira dos apontamentos de Netto (2016) sobre a urgência da(s) história(s) nova(s) do Serviço Social, recordamos que nos últimos anos há algumas importantíssimas iniciativas que representam uma movimentação profissional, no reforço e adensamento do legado crítico-hegemônico da profissão no Brasil, exatamente na *contracorrente* do que Netto (2016) denominou como um possível “quadro de hipertrofia de estudos localizados/particulares e de atrofia das abordagens históricas abrangentes e macroscópicas” (p.55) no Serviço Social brasileiro. Nos referimos à processos como: em 2019, a realização do “VI Seminário Internacional — Lutas Sociais e perspectiva histórico-crítica no Serviço Social: América Latina, América do Norte e Europa”, ocorrido nas cidades de Juiz de Fora-MG e do Rio de Janeiro-RJ, com a socialização de inúmeras pesquisas profundas e contundentes de redes de pesquisadores no levantamento de “histórias novas” do Serviço Social; a publicação, em 2020, do corajoso livro “Redemocratização e Serviço Social: os caminhos do Serviço Social no Brasil pós-1985”; o lançamento, em 2021, do livro “A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste”; além, e não menos importante, da publicação recente, também em 2021, do livro “A história pelo avesso: a Reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais”.

Dessa forma, situada no afluxo do cenário comentado, a pretensão de nosso trabalho é socializar o andamento de uma pesquisa específica que busca colaborar com a *construção coletiva* para uma história nova<sup>3</sup> do Serviço Social brasileiro, estendendo, revisando e aprofundando a investigação histórica sobre a profissão. Neste caso, com angulação investigativa abrangente sobre os aspectos políticos que envolvem e transpassam o significado histórico-social e os fundamentos da

---

3 “[...] de quadros teórico-metodológicos muito semelhantes (e, no limite, dos mesmo quadros) podem derivar reconstruções analíticas diferentes, uma vez que a pesquisa histórica é também interpretação, que varia ainda segundo a qualificação do pesquisador, a riqueza da sua bagagem cultural, a sua imaginação histórica etc. Porém, desta pluralidade de histórias (que, no seu confronto, podem contribuir para indicar lacunas e dilemas a merecer tratamento mais atento) não se conclua, relativisticamente, que todas são igualmente valiosas; há aquelas que apreendem a essencialidade do processo a que remetem e aquelas que dele tomam aspectos laterais ou epidérmicos, aquelas que o reconstroem substantiva e verazmente e aquelas que tergiversam suas dimensões estruturais — e a verdade que extraem do processo histórico não é o problema a ser equacionado por um eventual juízo consensuado no interior de comunidades científicas, mas a ser posto em questão mediante exames documentais, confrontos críticos e pelas lutas e práticas sociais que tendencialmente decorrem daquele processo ou a ele se vinculam.” (Ibidem, p.53-54);

instituição e do desenvolvimento profissional do Serviço Social no Brasil — *situando o relacionamento profissional com as expressões político-sociais que tornam públicas e políticas as refrações da questão social no bojo da luta de classes*. Sem tangenciar para um suposto e fracassado “revisão histórico”, a busca do nosso estudo envolve, à luz da totalidade social, evidenciar as particularidades e singularidades de experiências concretas e de processos históricos pouco explorados pelas pesquisas acadêmicas até então desenvolvidas, que possuem no centro de seu debate expressões da determinação política da questão social — estas, necessariamente vinculadas à história do Serviço Social no Brasil.

Ao falarmos sobre a história do Serviço Social, indubitavelmente, tratamos sobre os fundamentos da profissão e das relações sociais e condições que lhe conferem um significado social no conjunto da sociabilidade burguesa. Nesse sentido, segundo Iamamoto e Carvalho (2014), é no contexto capitalista de desenvolvimento e expansão urbano-industrial, sob o avanço das forças produtivas e das relações de reprodução social desta sociedade, processos que se engendram com a composição do proletariado e da burguesia como classes fundamentais e antagônicas, que a inerente *questão social*<sup>4</sup> se torna a base de justificação para a instituição e desenvolvimento do Serviço Social enquanto uma profissão especializada, tecnicamente inserida na divisão social do trabalho, e partícipe das relações de reprodução social a partir das necessidades sociais e conflitos sociais próprios da dinâmica de desenvolvimento do capital. E como o capital é uma determinada relação social de produção, a questão social, intrínseca ao capitalismo e determinada economicamente na lei geral da acumulação capitalista (MARX, 2017), *possui sua determinação política ancorada nos conflitos entre as classes sociais, expressos política e publicamente por meio das lutas sociais enquanto nítida*

---

4A partir dos grifos de Iamamoto (2001), o que denominamos como questão social não é senão a resultante do conflito histórico entre capital e trabalho na sociedade burguesa. É na base econômica de produção desta sociabilidade que a questão social se estrutura historicamente enquanto produto do modo de produção que acumula de forma privada as riquezas socialmente produzidas e explora violentamente o trabalho alheio. Dessa maneira, a questão social se funda na lei geral da acumulação capitalista, sendo sua determinação econômica que produz as desigualdades sociais, por exemplo, a pauperização — seja absoluta ou relativa — como expressão do conflito histórico entre capital e trabalho. Assim, “a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.84);

*refração da luta de classes*. Dessa maneira, a questão social, representada por suas diversas refrações de desigualdades sociais, possui nas formas de organização, mobilização, reivindicação e resistência das classes subalternas sua determinação política. Essas lutas sociais, como formas de denúncia pública e política das desigualdades sociais, de relações de dominação/opressão e de reivindicação perante o Estado e o patronato, compõem o espaço político da luta de classes. Assim, as lutas sociais constituídas pelos movimentos sociais e suas mobilizações representam a dimensão política da questão social — esta com sua explicação fundante no modo de produção capitalista.

Ainda conforme Iamamoto e Carvalho (2014), sabemos que o Serviço Social enquanto uma profissão requisitada institucionalmente para atuar junto das expressões da questão social, participando do processo de reprodução das relações sociais do atual modo de produção econômica e da vida social, dispõe em seu significado social a ineliminável contradição de interesses históricos entre capital e trabalho. Por essa insuprimível contradição estrutural que transpassa a profissão, as requisições e as respostas profissionais do Serviço Social estão submetidas historicamente aos conflitos sociais produzidos e desenvolvidos entre as classes fundamentais desta sociabilidade e suas frações de classe. À vista disso, se a profissão atua sob e sobre o espaço do conflito, portanto, ela também é requisitada e intervém a partir dos processos de resistência inerentes aos antagonismos de classes — estes, expressos publicamente e politicamente através das lutas e movimentos sociais. Portanto, a determinação política da questão social está diretamente relacionada com o significado social do Serviço Social na sociabilidade capitalista.

Por isso, se faz imperativo evidenciar minuciosamente e de forma macroscópica o estabelecimento e desenvolvimento da relação da profissão com as lutas e movimentos sociais da classe trabalhadora, constitutivos e constituintes da determinação política da questão social, a partir de processos históricos e experiências concretas, para melhor compreendermos a própria história do Serviço

Social — o que envolve sua memória, mas vai além<sup>5</sup>.

Nesse sentido, nossos contributos analíticos pretendem “nadar contra a maré” do que se configura no quadro da produção de conhecimento teórico do Serviço Social brasileiro. Segundo Marques (2010), entre os trabalhos publicados nos Anais dos ENPESS<sup>6</sup> e dos CBAS<sup>7</sup>, de 1995 a 2008, aproximadamente 3% possuem como temática os movimentos sociais. Verificando os Anais do XVI ENPESS<sup>8</sup>, ocorrido em 2018, constatamos que no universo de trabalhos publicados, entre mesas coordenadas e comunicações orais, cerca de 2,5% tematizam os movimentos sociais, processos organizativos e resistências da classe trabalhadora; e 1,6% estabelecem algum tipo de relação entre os movimentos e lutas sociais com o Serviço Social, seja no âmbito do exercício profissional, seja da formação acadêmico-profissional, e/ou nos espaços político-organizativos da categoria de Assistentes Sociais. Seguindo o mesmo cenário, entre os trabalhos publicados nos Anais do 16º CBAS<sup>9</sup>, em 2019, somente 2,3% tematizam os movimentos sociais; e cerca de 1% da totalidade dos trabalhos registram debates que envolvem a relação desses movimentos com a profissão no Brasil. Ainda, Silva e Silva (2009), na comemoração de 30 anos da *Revista Serviço Social & Sociedade*, uma das revistas de grande relevância e reconhecimento para a área do Serviço Social, ao analisar os artigos publicados pela revista, constata que a temática dos movimentos sociais é de 5,97% do total da produção nos anos 1979/1989, 4,36% nos anos de 1990/1999 e 1,34% nos anos 2000/2009. Pesquisando os artigos publicados na mesma revista acadêmica, entre os anos de 2010/2019, verificamos que apenas 3,2% das produções tematizam os movimentos sociais e os processos de resistência das

---

5Ir além significa “a reconstrução analítica - suposto da reprodução teórica - do processo histórico efetivo, da pesquisa da sua gênese e do seu desenvolvimento para alcançar o seu conhecimento verdadeiro, [que] demanda operações e procedimentos específicos e rigorosos, próprios da ciência histórica.” (NETTO, 2016, p.52);

6Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social;

7Congresso Nacional de Assistentes Sociais;

8Fonte: ENPESS. *Anais/16º Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social*, de 2 a 7 de dezembro de 2018, em Vitória (ES). – Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo, ABEPSS, v.16, n.1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/issue/view/938> ;

9Fonte: XVI CBAS. *Anais /16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, de 30 de outubro a 3 de novembro de 2019, em Brasília (DF). - Brasília (DF): Abepss; CFESS; ENESSO; CRESS-DF, 2019. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/issue/view/1> ;

classes subalternas, em um universo de 342 artigos<sup>10</sup>. Ainda, em relação às áreas temáticas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação no Brasil inseridos na área 32 da CAPES<sup>11</sup>, Iamamoto (2015) sinaliza que “a área temática de menor investimento na pesquisa refere-se aos conflitos e movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular — o que é motivo de preocupações” (p.461).

## 2. BREVE PROBLEMATIZAÇÃO TEÓRICA SOBRE O OBJETO DE PESQUISA

Por mais que o Serviço Social brasileiro, enquanto área de produção de conhecimento<sup>12</sup>, conte com grandiosas produções teóricas que tematizam o significado social da profissão nas relações sociais do modo de produção capitalista, bem como sobre seus fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos, *avaliamos que ainda existe uma lacuna na produção teórica da profissão sobre sua relação histórica com as formas de resistência e luta social das classes subalternas, no período de sua institucionalização no Brasil*. Aqui, não estamos afirmando que não exista problematizações valiosas acerca da vinculação de classe que a profissão estabelece institucionalmente em suas primeiras décadas de desenvolvimento profissional no país. Tão pouco sustentamos a ideia de que não há produções acadêmicas que desvelam o caráter ideológico e interventivo do Serviço Social junto às camadas subalternas da classe trabalhadora no processo de reprodução das relações sociais capitalistas. Pelo contrário, parte das produções com que conta o Serviço Social brasileiro nos dias de hoje, como a *exemplar obra de Iamamoto e Carvalho em “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”*, apontam rigorosamente as condições e as características que envolvem o relacionamento da profissão, direta ou

---

<sup>10</sup>Fonte: *Revista Serviço Social & Sociedade*, nº101 ao nº136, 2010-2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/grid> ;

<sup>11</sup>Relativa à área do Serviço Social. Consultar a plataforma Sucupira, disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaConhecimento.xhtml?areaAvaliacao=32> ;

<sup>12</sup>Sobre o caráter do Serviço Social enquanto área de produção de conhecimento, devidamente reconhecida, legitimada e com notória visibilidade, consultar Guerra (2011);

indiretamente, com as formas de luta social e resistência da classe trabalhadora enquanto expressão da luta de classes. O que identificamos enquanto lacuna, se refere à ausência de uma investigação acadêmica abrangente que sistematize experiências concretas da relação do Serviço Social brasileiro, especialmente no âmbito do exercício profissional do Assistente Social, com as organizações, mobilizações e reivindicações dos segmentos populares e subalternos da classe trabalhadora — sendo estes um dos públicos alvos da intervenção profissional em seu processo de institucionalização no Brasil — entre a instituição do Serviço Social e as primeiras décadas de seu desenvolvimento profissional.

Em acordo com a historiografia crítica da profissão, o período entre a instituição e as primeiras décadas de desenvolvimento profissional do Serviço Social brasileiro está situado entre o final da década de 1930 e os primeiros anos de 1960. Processo histórico marcado pelo avanço das relações capitalistas de produção, alterações na correlação de forças do bloco dirigente das classes dominantes no plano nacional e internacional, disputas entre projetos corporativos e de desenvolvimento nacional, assim como pelo desdobramento das formas de luta e resistência da classe trabalhadora no país, conseqüentemente, pelo acirramento dos conflitos sociais no bojo da luta de classes. Em relação ao âmbito político-organizativo da classe trabalhadora no país durante o período histórico supracitado, marcadamente até o golpe civil-militar-empresarial de 1964, segundo Iasi (2012), destacamos a potencialidade política da estratégia “Democrática e Nacional” (p.288), hegemonizada pelo PCB<sup>13</sup>, na dinâmica da luta de classes. Foi a partir de tal estratégia para derrotar o imperialismo e o latifundismo no país, enquanto via para o desenvolvimento nacional-democrático, que as lutas sociais da classe trabalhadora se desenvolveram hegemonicamente, com diversas e distintas táticas políticas. O que se refere a organização e mobilização sindical e popular como, articuladamente, a processos de educação popular e formação política/de consciência das classes subalternas. Conforme a peculiaridade conjuntural durante esse período histórico, ao passo em que as formas de lutas reivindicatórias e político-sociais das camadas da

---

<sup>13</sup>Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, e que passou a ser denominado como Partido Comunista Brasileiro a partir do início de 1960, segundo Prestes (2011);



classe trabalhadora se apresentavam como parte dos impasses para o desenvolvimento modernizador do capitalismo, uma série de medidas foramacionadas, de acordo com os interesses das classes dominantes, para responder social e politicamente o que se apresentavam como dificultadores para a expansão do grande capital, ao mesmo tempo em que respondiam às suas necessidades sociais de desenvolvimento.

Enquanto fração de parte para essas respostas que se encontra o Serviço Social como uma profissão institucionalmente requisitada a lidar racionalmente na dinâmica da reprodução das relações sociais, mesmo que, inicialmente, lhe é atribuído um caráter subalterno, auxiliar e executivo junto às expressões da questão social, segundo Iamamoto e Carvalho (2014). Nesse processo, o Serviço Social foi chamado a lidar com as refrações da determinação econômico-política da contradição histórica entre capital e trabalho, atuando material-assistencialmente e ideologicamente junto às camadas da classe trabalhadora. Inclusive, se relacionando, direta e indiretamente, com os processos de organização, mobilização, reivindicação e resistência das classes subalternas. O que se torna nítido com o avanço profissional do Serviço Social a partir do desenvolvimento das grandes instituições socioassistenciais no país, a partir de meados da década de 1940, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, o Serviço Social da Indústria (SESI), em 1946, e a Fundação Leão XIII (FLXIII), em 1947.

Mas antes da profissionalização do Serviço Social no Brasil, lembramos de sua atuação junto aos Círculos Operários<sup>14</sup>, quando ainda estava diretamente ligado ao movimento católico leigo sob a Doutrina Social da Igreja Católica. Dessa forma, recordamos que a relação do Serviço Social com os processos de organização e mobilização política da classe trabalhadora registra antes mesmo de seu percurso de institucionalização. Afinal, as protoformas da profissão a partir da Ação Católica

---

<sup>14</sup>“Associações civis de trabalhadores, de inspiração católica, surgidas no Brasil na década de 1930. A primeira dessas associações foi o Círculo Operário Pelotense, fundado na cidade de Pelotas (RS) em 15 de março de 1932. [...] Inspiravam-se na tradição intelectual italiana do corporativismo e na própria orientação do regime de Vargas, favorável ao desenvolvimento do movimento operário católico como um meio de resguardar os trabalhadores da influência comunista.” (KORNIS, s/d, s/p);

eram conectadas ao projeto corporativo da Igreja sob o movimento de Reação Católica — em que se orientava *penetrar junto à classe trabalhadora para livrá-la do perigo vermelho do comunismo ateu* e dos “excessos” do liberalismo, como orienta a encíclica *Divinis Redemptoris* (Papa Pio XI, 1937).

Ainda que a requisição profissionalmente institucionalizada para o Serviço Social brasileiro representou novos (e modernizados) pressupostos de legitimação e intervenção social, esse processo de afastamento clerical não significou uma ruptura radical da profissão com sua gênese, havendo, inclusive, o que Iamamoto (2013) denomina como “arranjo teórico-doutrinário” (p.24). Dessa forma, a qualidade da relação das protoformas da profissão com os processos de organização e mobilização da classe trabalhadora, também se constituiu como uma herança, no plano moral e político, para a institucionalização do Serviço Social — que no seu desenvolvimento profissional incorpora, nesta qualidade de relacionamento, as demandas e necessidades postas pelo desenvolvimento capitalista. A título de exemplo, mencionamos a atuação do Serviço Social na Fundação Leão XIII, em que as requisições profissionais eram estabelecidas pela articulação conservadora entre o projeto corporativo da Igreja Católica, de retomada de seus privilégios na ordem social, com o projeto modernizador capitalista expresso no Estado e nas posições das classes dominantes.

Os contributos teóricos com que conta o Serviço Social brasileiro, apesar de identificarem rigorosamente a qualidade do relacionamento profissional com as lutas e movimentos sociais da classe trabalhadora, não apontam, sistematicamente, quais foram as experiências profissionais concretas e os sujeitos coletivos da classe trabalhadora com que a profissão se relacionou nesse período de aproximadamente três décadas. Inclusive, não há registros, amplamente conhecidos e divulgados entre a comunidade acadêmica e a categoria profissional como um todo, que sinalizam se houve — tão pouco como houve — alguma experiência profissional, mesmo que incipiente, na contramão da direção social do Serviço Social neste período. Ou seja, *se há algum processo histórico que envolve agentes do Serviço Social na articulação progressista, de parceria e de potencialização junto às perspectivas*

*políticas e reivindicatórias dos movimentos sociais da classe trabalhadora neste período.*

O que temos como uma singular e significativa contribuição sobre a relação histórica da profissão com os sujeitos coletivos da classe trabalhadora nesse período, se refere à produção de Ammann (2013) sobre a inserção e atuação do Serviço Social nos programas e projetos de Desenvolvimento de Comunidade (DC) no Brasil — que data entre o final de 1950 e, principalmente, entre 1961 e 1964. A autora além de qualificar a concepção conservadora da essência do DC, quando apresenta macroscopicamente o contexto e as necessidades sociais de sua criação, bem como da caracterização de práticas nomeadas por ela como “ortodoxas”, ela também sinaliza práticas “heterodoxas” de DC, utilizando como exemplo a segunda fase do Movimento de Educação de Base (MEB) — e como mediação as organizações da chamada “esquerda católica” em que participou parte do quadro do Serviço Social (estudantes e profissionais). Mas sem apresentar sistematicamente possíveis experiências profissionais nesse sentido. O que ainda demanda o esforço coletivo dos agentes da profissão na necessidade de construção de “histórias novas” do Serviço Social.

### **3. O CAMINHO PARA A PESQUISA**

Para respondermos ao objetivo geral da pesquisa aqui compartilhada, ou seja, para elucidarmos o objeto de investigação apresentado, adotamos uma abordagem qualitativa e exploratória. Para tanto, estabelecemos como recursos metodológicos: revisão bibliográfica de materiais transversais ao nosso objeto de pesquisa, em diálogo com parte de nossos objetivos específicos; e análise documental de fontes primárias no levantamento de possíveis interlocuções, diretas e indiretas, do Serviço Social com os processos de organização, mobilização e reivindicação sindical e popular do período histórico que trata nosso objeto de pesquisa; ambos recursos e procedimentos metodológicos que serão tratados a partir do método histórico-

dialético<sup>15</sup>.

De modo a trabalhar o problema da pesquisa, pretendemos seguir um caminho metodológico que possa responder aos objetivos específicos desta investigação acadêmica. Para discorrer sobre os processos histórico-profissionais envolvidos na relação do Serviço Social com os processos de organização, mobilização e reivindicação das classes subalternas no Brasil, acreditamos ser necessário, primeiramente, *explicar os pressupostos teóricos que elucidam e evidenciam historicamente os movimentos sociais e as lutas sociais da classe trabalhadora enquanto constituintes e constitutivas da determinação política da questão social no modo de produção capitalista* — haja vista que a questão social ao justificar historicamente a instituição profissional do Serviço Social compõe as condições necessárias para o estabelecimento do significado social da profissão na sociabilidade do capital. Para isso, recorreremos à revisão bibliográfica de produções marxianas e da tradição marxista, na evidência da determinação política da questão social, enquanto pressuposto para sintonizarmos sua relação estrutural com o Serviço Social.

Partindo dessa explicação, como o tema desta pesquisa é delimitado ao Brasil no período entre 1940 e 1960, pretendemos estudar e discorrer sobre a *dinâmica da luta de classes no país, a partir da formação social e econômica brasileira, com ênfase no desenvolvimento das relações capitalistas de produção*. Afinal, as especificidades da formação social do Brasil incidiram diretamente na qualidade particular do desenvolvimento do capitalismo no país, sendo, obviamente, sempre à luz do universal e de totalidade desse modo de produção e reprodução da vida social. Condições históricas da formação social do Brasil, sob a base do autoritarismo, que constituíram um Estado antinacional e antidemocrático, uma economia estruturalmente dependente ao capital internacional, e a formação polarizada de classes sociais também características à esse processo, como classes dominantes conservadoras sumariamente autocráticas e classes subalternas

---

15Sobre a elaboração teórica e a fundamentação metodológica no que tange ao referido método marxista, que articula totalidade, contradição e mediação enquanto categorias nucleares - envolvidas com as categorias de historicidade e dialética - no direcionamento/sentido teórico-metodológico para o conhecimento do movimento histórico do real, ou seja, para o conhecimento real e concreto da realidade, consultar Netto (2011);

despossuídas de mínima participação cívico-política, como nos ensina Fernandes (1972). Tudo isso, que fermenta o desenvolvimento capitalista no Brasil, participa da determinação político-econômica da questão social no país e, portanto, da particularidade da luta de classes. Neste ponto, buscaremos dialogar com obras de pensadores sociais brasileiros, como Florestan Fernandes, Caio Prado Jr, Carlos Nelson Coutinho, Octavio Ianni e Clóvis Moura.

Assim, seguiremos para um próximo momento, no qual buscaremos adensar a breve problematização teórica sobre o *conhecimento já produzido acerca das condições históricas, sociopolíticas e profissionais em que o Serviço Social brasileiro se relaciona, direta ou indiretamente, com os processos de organização, mobilização e reivindicação das camadas subalternas da classe trabalhadora no Brasil*, durante o período histórico que trata nosso objeto de pesquisa. Para esse debate, recorrendo à repositórios de teses e dissertações e à acervos bibliográficos, *além de selecionarmos materiais que tematizem a profissão e suas formas de intervenção institucional na realidade brasileira durante o período histórico abordado*, buscaremos produções que versam sobre: a dinâmica dos movimentos sociais e das lutas sociais da classe trabalhadora no Brasil, com atenção para a experiência educativa e política dos Comitês Democráticos Populares (1945-1947); as ações organizativas e de mobilização do movimento operário entre 1940 e 1950; a dinâmica organizativa e reivindicatória dos estratos sociais marginalizados a partir das associações de moradores e da União de Trabalhadores Favelados (UTF), durante a década de 1950; as experiências insurgentes dos movimentos de educação e cultura popular, com ênfase na região nordeste do país, entre a segunda metade de 1950 e o pré-64; além das ações de instrumentos à serviço dos interesses das classes dominantes e das forças sociais conservadoras, que foram gestados para incidir junto às condições de reprodução social, e que contaram com a presença profissional de Assistentes Sociais, como o SESI, a Fundação Leão XIII, e programas de Desenvolvimento de Comunidade.

Além de tal sistematização da produção acumulada, recorreremos à pesquisa documental para *evidenciar processos histórico-profissionais a partir de experiências*

*concretas do trabalho profissional nos espaços sócio-ocupacionais, desenvolvidas entre a década de 1940 e o ano de 1964, que ainda não foram exploradas pelas investigações acumuladas.* Para isso, trabalharemos no levantamento de fontes primárias sobre o trabalho profissional de Assistentes Sociais durante o período histórico mencionado, com enfoque sobre as atividades profissionais envolvidas com os processos de organização, reivindicação e resistência das classes subalternas: no SESI e na Fundação Leão XIII, entre 1940 e 1950, principalmente na região metropolitana do Rio de Janeiro; e nos programas de Desenvolvimento de Comunidade da região nordeste do país, entre o final da década de 1950 a 1964.

A decisão pelo enfoque no SESI e na Fundação Leão XIII entre os anos de 1940 e 1950 se remete pelas requisições que essas grandes instituições socioassistenciais cumpriram diante o desenvolvimento das relações sociais e de produção do capitalismo na sociedade brasileira, contando com a presença ativa de agentes profissionais do Serviço Social. Se o Serviço Social brasileiro assume, enquanto atribuição profissional, institucionalmente requisitada pelo empresariado e pelo Estado, a participação nas condições de reprodução material e espiritual do trabalhador, por exemplo, através do SESI<sup>16</sup> enquanto grande instituição socioassistencial, pela função pedagógica que a profissão é encarregada na reprodução das relações sociais capitalistas, ela também é requisitada extensivamente para intervir junto aos diversos estratos sociais marginalizados das classes subalternas — sejam eles socialmente aptos ou inaptos ao trabalho. Daí que decorre a inserção profissional para adequar socialmente os “maus costumes” e a “desviância” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014) que se generalizavam no território “imoral” das favelas. Os Assistentes Sociais, contratados pela Fundação Leão XIII, e sob seu aparato material-assistencial, buscaram se contrapor interventivamente à organização e mobilização autônoma dos trabalhadores favelados, principalmente nos morros que já havia presença dos Comitês Populares Democráticos, como afirma Costa (2015). Afinal, “a ideia de subir aos morros antes que os ‘vermelhos’ o

---

<sup>16</sup>Aliás, a grande capacidade do SESI no oferecimento de serviços assistenciais, poderia ser dirigida, assim como era, para a persuasão de trabalhadores e “para a sustentação e articulação de lideranças sindicais pelegas comprometidas com a campanha anticomunista no interior do movimento operário” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.294);

fizessem” (COSTA, 2015, p.127) além de ser estimuladora para a criação da FLXIII, era uma constante nas ações dessa entidade socioassistencial, em que pairava o discurso anticomunista. Ao passo em que ocorria a incidência imperialista nos territórios latinos, que se acentuou entre as décadas de 1950 e 1960, colocava-se em cena a necessidade de adequar as classes populares à modernização conservadora do capital. A colaboração estadunidense com as atividades de integração social das classes subalternas no Brasil, contou com uma série de políticas e incentivos financeiros, inclusive, sendo a FLXIII<sup>17</sup> destacadamente responsável por operar as ações assistenciais diante os acordos entre o Estado brasileiro e os Estados Unidos, como foi o caso do Fundo do Trigo, em 1955, que destinava recursos para tais ações que compunham as estratégias de “desenvolvimento” da sociedade brasileira, à luz da modernização do capital. Tal “colaboração” imperialista foi estendida através dos programas de Desenvolvimento de Comunidade, principalmente na região nordeste do país, entre a segunda metade de 1950 e a década de 1960, período marcado pelo desenvolvimento capitalista e avanço do imperialismo sobre a América Latina. Inclusive, contando com a atuação de Assistentes Sociais, principalmente a partir de 1961 devido a incorporação no debate profissional acerca da perspectiva desenvolvimentista, como elucidam Iamamoto e Carvalho (2014).

Enquanto fontes documentais para tal levantamento e análise, pretendemos utilizar: jornais operários e comunistas da época 1940-1950, a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do Acervo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), previamente levantados por Pinheiro (2014); Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) sobre a atuação profissional a partir do SESI e Fundação Leão XIII, entre 1940-1950, do acervo histórico da escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)<sup>18</sup>; Fichas registradas por Assistentes Sociais da Fundação

---

17Inclusive, como desdobramento dessa intromissão “colaborativa” do imperialismo norte-americano para o progresso capitalista da sociedade brasileira, a partir de 1961, a atuação da Fundação Leão XIII junto às classes marginalizadas cumpriu a agenda do “programa Aliança para o Progresso, reciclando e revitalizando o seu anticomunismo” (COSTA, 2015, p.262);

18Gomes et al (2012) destaca “o trabalho de conclusão de curso da assistente social Maria Hortência do Nascimento e Silva, publicado em livro no ano anterior (1942), com o título *Impressões de uma assistente social sobre o trabalho na favela*” (p.136). Este estudo, apesar de ser caracterizado pelo julgamento moral e alinhado à ideologia dominante de estigmatização da pobreza naquele período, representou uma análise descritiva da

Leão XIII durante o período de 1947 até o final da década de 1950, previamente levantadas e digitalizadas por um grupo de pesquisa em Serviço Social da PUC-Rio, qual auxilia na observação histórica sobre o caráter apassivador e ajustador da profissão nas favelas do Rio de Janeiro; recortes de jornais sobre a atuação profissional de Assistentes Sociais em comunidades da região nordeste do país, entre 1950-1964, do acervo previamente levantado pelo grupo de pesquisa e extensão *Memória e História do Serviço Social em Pernambuco (MEHSSPE)* da escola de Serviço Social da UFPE; Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) sobre a atuação de Assistentes Sociais em projetos do SESI e em programas de Desenvolvimento de Comunidade da região nordeste do país, entre 1950-1964, levantados por MEHSSPE (2019), sendo 13 trabalhos já selecionados pelo pesquisador para análise; e materiais sobre os movimentos de educação e cultura popular, entre a segunda metade de 1950 e o ano de 1964, a partir do Acervo Público Estadual João Emerenciano (PE) e do acervo do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes/UFRJ).

Parte das fontes para a pesquisa documental serão acessadas de forma virtual naquelas que possuem digitalização de acervo como: a Hemeroteca Digital Brasileira; o Acervo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), através dos catálogos eletrônicos e da Biblioteca Virtual Evaristo de Moraes Filho; parte das fichas registradas por Assistentes Sociais da Fundação Leão XIII, digitalizadas por um grupo de pesquisa da PUC-Rio; e o acervo digitalizado do MEHSSPE/UFPE. As fontes sem digitalização, mesmo com catalogação eletrônica, como no caso do Acervo Público Estadual João Emerenciano (PE), e sem catalogação eletrônica, como na situação do acervo histórico da escola de Serviço Social da UFRJ e do acervo do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes/UFRJ), serão acessados através de visita in loco do pesquisador, previamente agendada e autorizada. Assim, os recursos necessários para acesso às fontes serão provenientes do próprio pesquisador. Ressaltamos que as fontes de pesquisa que não se enquadrarem nos termos do artigo 1º da Resolução CNS

---

situação das favelas à luz da prática Serviço Social nestes territórios, expandida profissionalmente a partir da segunda metade daquela década com intermédio da Fundação Leão XIII.



nº510/2016 que “dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais” (p.1), se tratando de dados sem domínio público, somente serão acessados com a devida anuência das instituições portadoras e com autorização do Comitê de Ética em Pesquisa Humana.

#### **4. À GUIA DE CONCLUSÃO**

Nossa proposta de levantamento histórico de experiências concretas do relacionamento da profissão com os movimentos e lutas sociais da classe trabalhadora durante o período em que a prática do Serviço Social se institucionalizou no país, ao corroborar com a tese da necessidade de construção de “histórias novas”, haja vista a carência de contributos analíticos minuciosos sobre o relacionamento da profissão e de seus agentes com as formas de luta e resistência das classes subalternas no período referido, pretende somar às significativas elaborações teóricas já existentes, que desvelam criticamente a história do Serviço Social brasileiro.

Portanto, contribuir para uma maior elucidação da relação do Serviço Social brasileiro com as iniciativas subalternas e populares de resistência, no percurso de institucionalização da profissão no país, além de refletir nosso comprometimento de classe com a reflexão teórica e histórica das lutas sociais da classe explorada, também, e neste mesmo processo, exterioriza a nossa vinculação ético-política com o legado crítico que, de forma hegemônica, a categoria profissional levantou, pelo menos, nas últimas quatro décadas, na problematização dos fundamentos e da história do Serviço Social no país.

Ainda, pelo quadro sócio-histórico e conjuntural contemporâneo, de avanço do reacionarismo e de ataques às conquistas históricas da classe trabalhadora, incluindo a perseguição e criminalização dos movimentos sociais, se faz imperativo a realização desta pesquisa como resistência teórico-política do pensamento crítico, e como contributo coletivo na direção do fortalecimento do Projeto Profissional

Crítico do Serviço Social. Por mais que a conjuntura histórica é nitidamente desfavorável para o projeto societário emancipador em que se vincula nosso projeto profissional hegemônico, discordando de Braz (2007) e de Netto (2007), acreditamos que as condições contemporâneas do real não colocam em xeque, imediatamente, o Projeto Ético-Político hegemônico do Serviço Social. Na verdade, mesmo sob as adversidades estruturais e conjunturais postas, o movimento do real nos impõe a urgência de potencialização desse projeto profissional. Temos a clareza que tal potencialização se viabiliza como tendência numa quadra histórica de fortalecimento da classe trabalhadora na luta de classes. Entretanto, na dinamicidade contraditória da realidade social, é preciso que, coletivamente, a categoria profissional caminhe na direção de “preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o tornam solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população” (NETTO, 2009, p.158).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

BRASIL. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. *Diário Oficial da União* 2016; 7 abr. Acesso em: 05 de outubro de 2021. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque: Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. *Revista Inscrita*, CFESS: Brasília, n. 10, 2007. p. 4-10.

COSTA, Reginaldo Scheuermann. *A Fundação Leão XIII Educando os Favelados (1947-1964)*. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGE. Rio de Janeiro, 2015.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques; et al. Pesquisa em favelas: contribuições do Núcleo de Pesquisa e Extensão Favela e Cidadania ao debate sobre os desafios postos para o Serviço Social. In: *O Social em Questão*. Rio de Janeiro: PUC-Rio,

ano XV - nº 27, p.133-150, 2012.

GUERRA, Yolanda D. A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. *Temporalis*, ABEPSS. Brasília, ano 11, n. 22, jul/dez. 2011. p.125-158.

IASI, Mauro Luis. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. In: SALVADOR, E. et al. (Orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. A questão social no capitalismo. In: *Temporalis*. Brasília: ABEPSS, Grafile, ano.2 n.3, 2001. p.09-32.

\_\_\_\_\_ e CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 41.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

KORNIS, Mônica. Círculos Operários. In: *Dicionário de Verbetes Temáticos*. Rio de Janeiro: FGV. s/d.

MARQUES, M. G. A relação do Serviço Social com os movimentos sociais na contemporaneidade. In: *ENPESS, XII, Anais*. Rio de Janeiro, ABEPSS, 2010.

MARX, Karl. Capítulo 23 - A lei geral da acumulação capitalista. In: *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital / Karl Marx*; tradução Rubens Enderle. - 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p.689-784.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. MOTA, Ana Elizabete [et al.] (Orgs.). 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009. p.141-160.

\_\_\_\_\_. Das ameaças à crise. *Revista Inscrita*, CFESS: Brasília, n. 10, 2007. p. 37-40.

\_\_\_\_\_. *Introdução ao estudo do Método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular. 2011.

\_\_\_\_\_. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo / SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.)*. São Paulo: Cortez, 2016. p.49-76.

PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. *Dos Comitês Populares Democráticos (1945-1947) aos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958-1964): uma história comparada*. Rio de Janeiro: UFRJ/IH/ Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2014.

PRESTES, Anita Leocádia. Da Declaração de Março de 1958 à Renúncia de Jânio Quadros: as vicissitudes do PCB na luta por um governo nacionalista e democrático. *Revista Crítica Marxista*, n.32, p.147 174, 2011.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. Trinta anos da revista Serviço Social & Sociedade: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, 2009.